

PROCESSOS DE SINGULARIZAÇÃO NA DOCÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Dhionatan de Souza da Rocha¹

Luis Artur dos Santos Cestari²

RESUMO: Este trabalho analisa o Programa Universidade para Todos (UPT) como política pública educacional voltada à democratização do acesso ao ensino superior no Estado da Bahia, discutindo a importância dos processos de singularização na constituição da docência. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica e documental, utilizando a cartografia como perspectiva teórico-metodológica de análise. O referencial fundamenta-se nas contribuições de Paulo Freire, Gilles Deleuze e Félix Guattari, articulando educação, políticas públicas e processos de singularização. Os resultados evidenciam que o UPT amplia as oportunidades de acesso ao ensino superior para estudantes da rede pública, fortalece a inclusão social e contribui para a formação inicial de professores por meio da atuação de monitores. A análise demonstra que a efetividade do programa não depende apenas de sua estrutura organizacional, mas também das práticas docentes produzidas nos encontros entre professores, monitores e estudantes, constituindo modos singulares de ensinar e aprender. Conclui-se que o UPT ultrapassa a função de curso preparatório, configurando-se como uma política pública que promove inclusão, pertencimento, formação humana e fortalecimento da educação pública.

1

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais. Programa Universidade para Todos. Docência. Formação de professores.

¹ Mestrando em Educação, UESB. No Programa de Educação.

² Doutor em Educação e professor da Uesb e do programa de pós graduação em Educação.

INTRODUÇÃO

Um dos principais problemas estruturais da sociedade é o fato de muitos jovens desistirem de estudar por falta de recursos financeiros, acreditando serem incapazes de ingressar na universidade ou considerando que esse espaço não lhes pertence. Muitos acabam priorizando o trabalho para ajudar suas famílias, abrindo mão de seus sonhos.

É necessário que existam políticas públicas voltadas para alcançar essas pessoas, mostrando-lhes que têm o direito de ocupar o espaço acadêmico, mesmo quando a sociedade, por meio de certos discursos, tenta fazê-las acreditar que determinados lugares não lhes pertencem, inclusive o ambiente de estudo.

As políticas públicas educacionais possuem um papel significativo na sociedade. É comum que pessoas pertencentes às classes sociais mais baixas vejam na educação a principal oportunidade para melhorar suas condições de vida. Por essa razão, muitos sonham em ingressar em uma universidade pública, obter uma formação superior e, assim, transformar a realidade de suas famílias. Nesse sentido, Freire (1996, p. 68) afirma que “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Essa reflexão evidencia a importância das políticas públicas voltadas à educação, pois é por meio da formação humana e crítica que se possibilita a transformação social. Entretanto, nem todos possuem condições financeiras de pagar um cursinho preparatório para o vestibular, embora mantenham a esperança de um dia vivenciar esse momento sem que isso lhes traga custos, demonstrando que esses jovens necessitam dessa oportunidade para voltar a sonhar com um futuro melhor.

Diante dessa realidade, o Estado da Bahia transformou em programa permanente o que antes era apenas um projeto, consolidando uma das maiores iniciativas educacionais do estado. Esse programa oferece acesso gratuito ao curso preparatórios de qualidade, ministrados por profissionais qualificados, alcançando um grande número de jovens baianos e promovendo eventos e aulas de alto nível.

Este trabalho tem como objetivo destacar a importância dessa política pública, buscando incentivar os jovens a participarem do projeto e demonstrar que as universidades possuem programas de permanência estudantil que oferecem apoio aos alunos durante todo o curso.

Nesse contexto, compreende-se que o Programa Universidade para Todos (UPT) ultrapassa a dimensão de uma política pública voltada apenas ao acesso ao ensino superior. Sua efetividade também está relacionada à atuação dos professores e monitores, que desenvolvem

práticas pedagógicas capazes de acolher estudantes marcados por diferentes realidades sociais, fortalecer o sentimento de pertencimento ao espaço universitário e estimular a permanência em seus projetos de vida. Assim, a singularidade da docência manifesta-se na maneira como cada educador produz experiências educativas sensíveis às necessidades dos estudantes, indo além da simples transmissão de conteúdos e contribuindo para a formação humana e emancipatória. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a importância do Programa Universidade para Todos como política pública educacional voltada à democratização do acesso ao ensino superior, discutindo de que forma a singularidade da atuação docente potencializa os processos de inclusão, permanência e transformação social dos estudantes.

REFERENCIAL TEORICO

Docência e processos de singularização

Compreender a singularidade da docência implica ultrapassar a ideia de que ensinar consiste apenas na aplicação de métodos ou na transmissão de conhecimentos. Nessa perspectiva, a docência é entendida como uma prática que se produz nos encontros, nas experiências e nas relações estabelecidas entre professores, estudantes e contextos sociais. A singularidade, portanto, não representa uma característica individual ou uma qualidade inerente ao sujeito, mas um processo contínuo de produção de modos de existir e de atuar. Paulo Freire destaca que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p. 47).

Na perspectiva de Gilles Deleuze, a singularidade constitui-se como um processo de diferenciação, produzido nos acontecimentos e nas múltiplas relações que atravessam os sujeitos. Não se trata da afirmação de uma identidade fixa, mas da produção de modos singulares de agir, pensar e criar diante das situações vividas. Assim, cada prática docente é produzida de forma única, pois resulta dos encontros estabelecidos com os estudantes, das condições institucionais, das experiências profissionais e dos desafios cotidianos da educação. Deleuze e Guattari (1995, p. 24) afirmam que "um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões".

Ao considerar o Programa Universidade para Todos (UPT), essa compreensão permite reconhecer que, embora a política pública seja organizada por diretrizes comuns, sua efetividade

depende das práticas produzidas pelos professores e monitores em cada sala de aula. É na relação com estudantes marcados por diferentes trajetórias sociais, expectativas e necessidades que a docência assume seu caráter singular, produzindo experiências educativas que vão além da preparação para os processos seletivos e contribuem para o fortalecimento do pertencimento, da autonomia e da transformação social.

O Programa Universidade para Todos (UPT) também representa uma importante contribuição para a formação de professores, especialmente daqueles que se encontram na graduação e na pós-graduação. Para muitos monitores, a participação no programa constitui o primeiro contato com a sala de aula, proporcionando experiências que favorecem a construção da identidade docente e o desenvolvimento de saberes pedagógicos. Mesmo diante dos desafios presentes no contexto educacional, essa vivência contribui significativamente para a formação profissional e para a consolidação da prática docente.

A educação brasileira enfrenta desafios relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, às transformações sociais e ao uso das tecnologias digitais. Conforme destaca Paulo Freire (1996), a educação é um ato político, pois envolve escolhas, valores e compromissos com a formação humana. Nesse contexto, observa-se que muitos estudantes apresentam dificuldades em estabelecer vínculos com a escola, influenciados por uma sociedade marcada pelo acesso rápido às informações por meio das tecnologias digitais. Entretanto, é importante reconhecer que informação e conhecimento não possuem o mesmo significado. O acesso à informação, por si só, não substitui o processo educativo desenvolvido na escola nem a mediação realizada pelo professor, cuja atuação continua sendo fundamental para a construção do conhecimento.

4

Além disso, as transformações econômicas e sociais influenciam a forma como a educação e o trabalho são compreendidos na contemporaneidade. Em uma sociedade fortemente marcada pela lógica produtivista, muitos jovens passam a priorizar a inserção imediata no mercado de trabalho, em detrimento da continuidade dos estudos. Esse cenário impõe novos desafios à profissão docente e à valorização da educação como direito social.

Nesse contexto, o Programa Universidade para Todos assume um papel relevante ao proporcionar experiências de formação para futuros professores, despertando o interesse pela docência e fortalecendo o compromisso com a educação pública. A atuação como monitor permite o desenvolvimento de conhecimentos pedagógicos, da autonomia profissional e de

práticas educativas comprometidas com a inclusão, a permanência dos estudantes e a transformação social.

Políticas públicas educacionais e justiça social

A pandemia de COVID-19 evidenciou e aprofundou as desigualdades já existentes na educação brasileira. Embora se afirmasse que todos enfrentavam a mesma realidade, as condições de acesso ao ensino eram bastante distintas entre os estudantes. Durante esse período, muitos professores e alunos enfrentaram dificuldades para dar continuidade às atividades escolares em razão da falta de acesso à internet, de equipamentos tecnológicos adequados e da pouca familiaridade com as plataformas digitais. Mesmo diante desse cenário, o Estado da Bahia buscou desenvolver políticas públicas que possibilitassem a continuidade do processo educativo.

Entretanto, é importante reconhecer que nem todas as famílias possuem condições financeiras para matricular seus filhos em cursos preparatórios particulares. Além disso, muitos estudantes precisam conciliar os estudos com o trabalho e outras responsabilidades familiares, o que dificulta sua preparação para os processos seletivos de ingresso no ensino superior. Nesse contexto, o Programa Universidade para Todos (UPT) destaca-se por oferecer ensino gratuito, contando com professores qualificados, estrutura adequada e ações pedagógicas voltadas para estudantes oriundos da rede pública de ensino.

5

As políticas públicas educacionais desempenham um papel fundamental na promoção da equidade social, ao ampliarem as oportunidades de acesso à educação para grupos historicamente vulnerabilizados. O ingresso em uma universidade pública representa, para muitos jovens, a possibilidade de transformação de suas condições de vida e de suas famílias. Historicamente, o ensino superior brasileiro foi constituído como um espaço predominantemente ocupado pelas elites econômicas, restringindo o acesso das camadas populares. Nesse sentido, programas como o Universidade para Todos contribuem para democratizar o acesso ao ensino superior, ampliando as oportunidades para estudantes da rede pública e fortalecendo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e documental, utilizando a cartografia como perspectiva teórico-metodológica de análise. A pesquisa bibliográfica possibilitou a construção

do referencial teórico acerca das políticas públicas educacionais, da formação docente e dos processos de singularização, a partir de autores como Paulo Freire, Gilles Deleuze e Félix Guattari. A pesquisa documental contemplou documentos oficiais, legislações, publicações institucionais e materiais disponibilizados pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia referentes ao Programa Universidade para Todos (UPT).

Como perspectiva teórico-metodológica, a cartografia, inspirada em Gilles Deleuze e Félix Guattari e sistematizada por Passos, Kastrup e Escóssia (2015), não busca representar uma realidade fixa, mas acompanhar processos, relações e produções de sentido. Nessa perspectiva, a análise voltou-se para os movimentos que atravessam a prática docente, considerando os encontros, os agenciamentos e os processos de singularização produzidos no contexto do Programa Universidade para Todos.

Desse modo, a pesquisa não se limitou à descrição da política pública, mas buscou compreender como o UPT produz condições para a constituição de práticas docentes singulares, evidenciando os processos de formação dos professores e monitores, suas experiências pedagógicas e as relações estabelecidas com os estudantes. A interpretação dos dados ocorreu por meio do diálogo entre o referencial teórico e os documentos analisados, permitindo compreender a docência como um processo em constante construção, atravessado por diferentes contextos, experiências e relações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos oficiais e da literatura evidenciou que o Programa Universidade para Todos (UPT) constitui uma política pública estratégica para a democratização do acesso ao ensino superior no Estado da Bahia. Os dados analisados demonstram que o programa amplia as oportunidades educacionais de estudantes oriundos da rede pública, contribuindo para minimizar desigualdades historicamente produzidas no acesso às universidades.

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia demonstra que o UPT vem atendendo milhares de jovens em diversos municípios. As aulas são ministradas por monitores, com o apoio de professores especialistas, coordenadores pedagógicos e demais profissionais envolvidos, todos comprometidos com a qualidade do projeto educacional. Para garantir o acesso de todos os alunos, inclusive daqueles que residem em localidades mais distantes, o

programa também oferece aulas remotas, que seguem os mesmos procedimentos pedagógicos e conteúdo das aulas presenciais. Esses estudantes participam de simulados e atividades orientadas, assegurando igualdade de aprendizagem entre todos os participantes.

Sob essa perspectiva, observa-se que os processos de ensino desenvolvidos no UPT não podem ser compreendidos apenas como aplicação de metodologias previamente estabelecidas. Conforme discutido por Deleuze e Guattari, os encontros produzem novos modos de existir e agir. No contexto do programa, esses encontros favorecem a constituição de práticas docentes singulares, capazes de responder às diferentes realidades apresentadas pelos estudantes. Assim, embora os professores e monitores atuem a partir de um mesmo projeto pedagógico, suas práticas são continuamente produzidas nas relações estabelecidas com cada turma, evidenciando que a singularidade da docência emerge dos diferentes agenciamentos construídos no cotidiano educativo.

A análise também evidencia que a qualidade do programa não decorre exclusivamente de sua estrutura organizacional, mas das práticas produzidas pelos professores e monitores. Embora orientados por um mesmo projeto pedagógico, esses profissionais constroem estratégias diferenciadas de ensino, considerando as necessidades, expectativas e trajetórias dos estudantes. Nesse sentido, a docência manifesta-se como um processo de singularização, produzido nos encontros cotidianos entre educadores, estudantes e contexto social

7

A análise realizada permite compreender que os processos de ensino desenvolvidos no Programa Universidade para Todos não se reduzem à aplicação de metodologias previamente estabelecidas. Inspirados na perspectiva de Deleuze e Guattari, entende-se que a docência é produzida nos encontros, nos agenciamentos e nas relações que se estabelecem entre professores, estudantes e contexto social. Nesse sentido, a prática docente no UPT configura-se como um processo de singularização, no qual cada professor e monitor constrói modos próprios de ensinar, acolher e potencializar as aprendizagens dos estudantes, respondendo às diferentes realidades presentes em sala de aula.

Os resultados analisados também mostram que essa política pública educacional tem impacto na permanência dos alunos nas universidades, e não apenas no ingresso. Alunos que participaram do UPT relatam a existência de políticas de permanência nas universidades baianas, como auxílios de alimentação, moradia e transporte. Dessa forma, o Estado se destaca ao integrar políticas que incentivam o acesso ao ensino superior com aquelas que garantem a

permanência estudantil, assegurando que o aluno possa estudar com tranquilidade e realizar o sonho de obter uma formação acadêmica. Esse direito é garantido pela Constituição Federal, que estabelece a educação como um dever do Estado e um direito de todos.

Dessa forma, o programa Universidade para Todos não se limita ao ensino de conteúdos preparatórios. Ele também contribui para o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes, promovendo uma educação mais humana e inclusiva. Assim, o programa reforça o sentimento de pertencimento desses jovens à sociedade e amplia suas possibilidades de acesso ao espaço universitário.

CONCLUSÕES

A análise realizada permitiu compreender que o Programa Universidade para Todos (UPT) constitui uma importante política pública educacional voltada à democratização do acesso ao ensino superior no Estado da Bahia, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e ampliando as oportunidades para estudantes oriundos da rede pública de ensino. Mais do que oferecer preparação para os processos seletivos, o programa fortalece o sentimento de pertencimento dos estudantes ao espaço universitário e evidencia o compromisso do Estado com a promoção do direito à educação.

Os resultados também demonstram que a efetividade do UPT não está relacionada apenas à sua estrutura organizacional ou às diretrizes institucionais que o orientam. A pesquisa evidenciou que as práticas desenvolvidas por professores e monitores constituem um elemento fundamental para o alcance dos objetivos do programa. À luz de Deleuze e Guattari, compreende-se que a docência se configura como um processo de singularização, produzido nos encontros, nos agenciamentos e nas relações estabelecidas no cotidiano educativo. Assim, mesmo inseridos em uma mesma política pública, os docentes constroem modos singulares de ensinar, acolher e potencializar as aprendizagens, respondendo às diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes.

Conclui-se, portanto, que o Programa Universidade para Todos ultrapassa a função de um curso preparatório gratuito, configurando-se como um espaço de formação humana, produção de pertencimento e constituição de práticas docentes comprometidas com a inclusão social. Espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre a relação entre políticas públicas educacionais e processos de singularização da docência, incentivando novas

pesquisas que investiguem como as experiências vividas pelos professores e monitores produzem diferentes modos de ensinar e fortalecem a educação pública como instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. *Programa Universidade para Todos*. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/educacao/programa-universidade-para-todos>. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 2 jul. 2026.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.